



PGE-SC

Procuradoria-Geral do Estado

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 205 - AGOSTO DE 2026

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....2

Decretos.....8

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....10

Decretos.....12

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....15

Pareceres.....18

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Marcelo Mendes
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Ricardo Della Giustina



LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 19.935

30 DE JUNHO DE 2026

Institui o Cadastro Estadual de Pacientes com Doenças Raras, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.936

30 DE JUNHO DE 2026

Institui o Programa Sinal Bom e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.937

30 DE JUNHO DE 2026

Institui o Programa Estadual de Assistência Especializada em Epidermólise Bolhosa – doença da borboleta – na rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.938

3 DE JULHO DE 2026

Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 260, de 2004, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.939

3 DE JULHO DE 2026

Altera a Lei Complementar nº 741, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências, e revoga dispositivos da Lei nº 19.665, de 2025, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Subsídio dos servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.940

3 DE JULHO DE 2026

Cria serventias extrajudiciais em Guabiruba e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.941

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Xaxim. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.942

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Coronel Freitas. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.943

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Coronel Freitas. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.944

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de São José. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.945

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Major Vieira. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.946

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de São João do Itaperiú. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.947

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de São Miguel do Oeste e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.948

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Jaborá. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.949

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Lages. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.950

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Salto Veloso. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.951

3 DE JULHO DE 2026

Altera os arts. 27 e 32 da Lei nº 12.854, de 2003, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, para enrijecer as penalidades administrativas aplicáveis a casos de maus-tratos e estabelecer a responsabilização dos pais ou responsáveis legais por menores ou incapazes (Lei Orelha). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.952

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a Defensoria Pública do Estado de

Santa Catarina a transferir recursos para o custeio de despesas do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.953

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Lindóia do Sul. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.954

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Lages. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.955

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Gaspar. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.956

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a cessão de direitos possessórios de imóvel no Município de Dionísio Cerqueira. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.957

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Itapoá e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.958

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de São Miguel do Oeste. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.959

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Curitiba. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.960

3 DE JULHO DE 2026

Altera os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 13.753, de 2006, que autoriza a doação de imóvel no Município de Jaraguá do Sul. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.961

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Seara. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.962

3 DE JULHO DE 2026

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Bela Vista do Toldo. ([Inteiro teor](#))

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 19.963**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Dionísio Cerqueira e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.964**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Rio Rufino. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.965**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a cessão de direitos possessórios de imóvel no Município de Angelina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.966**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Guaramirim. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.967**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Cunha Porã. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.968**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Bom Retiro. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.969**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Laguna. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.970**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.971**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Riqueza. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.972**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a doação de imóvel no Município de São Lourenço do Oeste. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.973**3 DE JULHO DE 2026**

Institui o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF-SC) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.974**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Grão-Pará. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.975**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a alienação de imóveis no Município de Florianópolis e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.976**3 DE JULHO DE 2026**

Altera o art. 2º da Lei nº 16.100, de 2013, que autoriza a doação de imóveis a Municípios e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.977**3 DE JULHO DE 2026**

Institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política Estadual de prevenção e combate à exploração comercial e à adultização de crianças, e cria a Frente de Enfrentamento à Adultização (FEA). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.978**6 DE JULHO DE 2026**

Institui o Dia Estadual da Valorização da Cultura Norte e Nordeste e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.979**6 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Pedal da Grande Florianópolis e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.980**6 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Sangue de Farrapos SC e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.981**6 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Cultural de Maestros do Estado de Santa

Catarina (AMMESC), de Itajaí, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.982**6 DE JULHO DE 2026**

Denomina Aurélio Nardi o Ginásio de Esportes Carequinha, no Município de Seara, e altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.983**6 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Instituto Somos do Bem (ISB), de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.984**6 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Instituto Taffarel Lopes, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.985**6 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva e Cultural Xadrez São José (AD-CXSJ), de São José, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.986**6 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Instituto Educar e Preservar (IEP), de Itajaí, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.987**6 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Coral Poesis, de Antônio Carlos, e altera o

LEIS ORDINÁRIAS

Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.988

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública o Instituto Arvoredo de Basquetebol (IAB), de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.989

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Esportiva Everton Rodrigues de Bastos, de Tijucas, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.990

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Proteção Amor Integral (PAI), de Camboriú, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.991

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública o Instituto de Intervenção por Imagem e Inovação – Instituto Sarar – São Rafael Arcanjo, de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.992

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Capitão Caverna, de Blumenau, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.993

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Dinâmica As-

sociação de Esporte, Cultura, Lazer e Social, de Itapema, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.994

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Pernas Solidárias Barra Velha e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.995

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública o Instituto Dago de Desenvolvimento Esportivo, de Itapema, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.996

6 DE JULHO DE 2026

Institui o Dia Estadual da Cachaça Catarinense e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.997

6 DE JULHO DE 2026

Institui o Dia Estadual da Parteira Tradicional e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.998

6 DE JULHO DE 2026

Denomina Olvides Waldomiro Grosbelli o trecho da Rodovia Estadual SC-156, entre os Municípios de São Domingos e Mariópolis, no Paraná, e altera o Anexo II da Lei nº 16.720, de 2015, que consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.999

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Paradesportiva de Biguaçu (APAB) e altera

o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.000

6 DE JULHO DE 2026

Institui o Dia Estadual do Cronista Esportivo e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.001

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública o Aeroclube de Chapecó e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.002

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a APLAM - Associação de Praticantes de Lutas e Artes Marciais, de Blumenau, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.003

6 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Esportiva Cazuá (ACEC), de São José, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.004

6 DE JULHO DE 2026

Institui o Dia Estadual do Heavy Metal e altera a Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.005

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública o Instituto de Estratégias para a Saúde e Assistência (IESA), de São José, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os

LEIS ORDINÁRIAS

atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.006

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Limeira Futebol Clube, de Biguaçu, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.007

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação São Lourenço Futsal Feminino e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.008

17 DE JULHO DE 2026

Declara o Tiro dos Reis integrante do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.009

17 DE JULHO DE 2026

Denomina Medalha Sarah Louise Held a medalha concedida à atleta campeã na modalidade Karatê, naipes feminino, dos Jogos Abertos de Santa Catarina, a partir da 65ª edição (JASC 2026). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.010

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Rede ao Mar, de São Francisco do Sul, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.011

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Atlético São Lourenço e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.012

17 DE JULHO DE 2026

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado, para instituir o Dia Estadual da Proteção e Defesa Civil. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.013

17 DE JULHO DE 2026

Reconhece as expressões artísticas cristãs e os reflexos e as influências do cristianismo como manifestações culturais do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.014

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Miranda de Artes Marciais (AMAM), de Tijucas, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.015

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Guerreiros de Deus, de Palhoça, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.016

17 DE JULHO DE 2026

Reconhece o Município de Orleans como a Capital Catarinense da Cerveja Artesanal e altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.017

17 DE JULHO DE 2026

Altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses, para modificar a denominação adjetiva do Município de Itaiópolis de Capital Catarinense da Cultura Polonesa para Capital Catarinense da Cultura Polonesa e Ucraniana. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.018

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública o Instituto Ca-

chorro Quente São Francisco de Assis, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.019

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação de Pais, Profissionais e Amigos dos Autistas de Brusque-SC e Região (AMA BRUSQUE) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.020

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Amor Sem Fronteiras (ABAF), de Chapecó, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.021

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Craques da Ilha, de São Francisco do Sul, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.022

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Assistência Social Educacional Projeto Acreditar Ingleses (AASEPAI), de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.023

17 DE JULHO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Defesa da Vida (ACADEVI), de Antônio Carlos, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 20.024**23 DE JULHO DE 2026**

Institui a Rota Turística do Circuito Princesa da Serra, na Região Serrana do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.025**23 DE JULHO DE 2026**

Reconhece a relevância social, cultural e econômica das atividades exercidas por profissionais de cozinha no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.026**23 DE JULHO DE 2026**

Institui o Dia do Campista Católico e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.027**23 DE JULHO DE 2026**

Declara as taipas de Urupema integrantes do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.028**23 DE JULHO DE 2026**

Altera o art. 6º da Lei Complementar nº 774, de 2021, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Penal do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.029**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Bruno Hoeltgebaum, de Blumenau, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.030**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos Autistas de Luiz Alves (AMA Luiz Alves) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.031**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Sindicato Rural de Catanduvas, Jaborá, Vargem Bonita (SC) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.032**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Autista de Rio Rufino - AMA e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.033**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Rotary Club de Chapecó São Cristóvão e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.034**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Coral Pinhalzinho e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.035**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Organização do Voluntariado para Combate à Corrupção em Santa Catarina (OLHO VIVO), de Araquari, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.036**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Penha - CDL e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.037**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Amigos da Orquestra Sinfônica de Chapecó (AAOSC) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.038**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais Pró Autistas, de Caçador, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.039**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Instituto Vó Francisca, de Palhoça, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.040**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Bloco Espartano, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.041**23 DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua Coronel Feddersen e Transversais (AMOCSELF), de Blumenau, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.042**23 DE JULHO DE 2026**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina, para alterar a denominação da Sociedade Beneficente Cultural Africana Ilê de Xangô, de Florianópolis, para Associação Beneficente Cultural Africana Ilê de Xangô,

de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

mento da economia do mar no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.043

24 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2027 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.044

29 DE JULHO DE 2026

Institui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra (PESIPN) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.045

29 DE JULHO DE 2026

Institui a Política Estadual de Arborização Urbana (PEAU) no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.046

29 DE JULHO DE 2026

Proíbe a fixação de cartazes de cunho intimidatório que façam advertência sobre os crimes previstos nos arts. 329 a 331 do Código Penal, no âmbito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.047

29 DE JULHO DE 2026

Institui o Dia Estadual do Flashback e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.048

29 DE JULHO DE 2026

Altera a Lei nº 19.720, de 2026, que institui a Rota das Oliveiras no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, para incluir o Município de Ponte Serrada. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.049

29 DE JULHO DE 2026

Institui o Dia Estadual da Observação de Aves e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 20.050

29 DE JULHO DE 2026

Institui a Política Estadual de Zonas Especiais Náuticas de Desenvolvimento (ZENA) e estabelece diretrizes para o desenvolvi-

DECRETOS

DECRETO Nº 1.592**30 DE JUNHO DE 2026**

Regulamenta a Lei Complementar nº 724, de 2018, que dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.594**1º DE JULHO DE 2026**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, imóveis localizados no Município de Itapoá. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.595**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a doação, com encargo, de imóvel no Município de Criciúma. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.596**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza o Poder Executivo a alienar, por meio de venda, imóveis nos Municípios de Apiúna, Biguaçu, Chapecó, Cocal do Sul, Florianópolis, Ibirama, Imbituba, Lages e Lontras. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.597**3 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 1.382, de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de registro, controle e regularidade dos veículos oficiais e equipamentos dos órgãos da Administração Direta, dos fundos e das entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo estadual, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.598**3 DE JULHO DE 2026**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.599**3 DE JULHO DE 2026**

Dispõe sobre a homologação de parecer e resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.600**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Laguna. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.601**3 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.602**3 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.603**3 DE JULHO DE 2026**

Disciplina, no âmbito da atuação da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS), os procedimentos relacionados à operacionalização de recursos oriundos de emenda parlamentar federal vinculados à iniciativa Minha Casa, Minha Vida – Cidades – Emendas (MCMV Cidades – Emendas), e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.604**10 DE JULHO DE 2026**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.608**10 DE JULHO DE 2026**

Dispõe sobre a homologação de parecer e resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.609**10 DE JULHO DE 2026**

Regulamenta a Lei nº 19.450, de 2025, que dispõe sobre os princípios e as diretrizes para o uso da inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Estadual e estabelece outras providências, para instituir a Política Estadual para a Concepção, Utilização e Governança de Soluções de Inteligência Artificial do Poder Executivo (PEIA). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.610**10 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e esta-

belece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.611**14 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 1.820, de 2022, que reestrutura e regulamenta a Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.615**17 DE JULHO DE 2026**

Introduz a Alteração 4.991 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.616**17 DE JULHO DE 2026**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.617**17 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.618**20 DE JULHO DE 2026**

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio das Antas, Bacias Contíguas e Afluentes Catarinenses do Rio Peperi-guaçu (Comitê Antas e Afluentes do Peperi-guaçu). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.619**21 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.620**22 DE JULHO DE 2026**

Autoriza a afetação de imóvel do Estado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), no Município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.621**22 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e

DECRETOS

das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.622
23 DE JULHO DE 2026

Altera o Decreto nº 1.048, de 2012, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.623
23 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a homologação de parecer e resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.624
23 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a homologação de parecer e resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.625
23 DE JULHO DE 2026

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.626
23 DE JULHO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.627
23 DE JULHO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.628
23 DE JULHO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.629
23 DE JULHO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.630
23 DE JULHO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.632
23 DE JULHO DE 2026

Revoga os §§ 1º e 2º do art. 31 do RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.633
23 DE JULHO DE 2026

Altera o Decreto nº 1.501, de 2026, que introduz a Alteração 4.985 no RICMS/SC-01, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.634
29 DE JULHO DE 2026

Altera o Decreto nº 567, de 2024, que altera o Decreto nº 2.128, de 2009, que dispõe sobre o alcance dos regimes de tributação relacionados à importação de mercadorias. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.635
29 DE JULHO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.636
29 DE JULHO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.637
29 DE JULHO DE 2026

Designa Embaixadores Honorários do Estado de Santa Catarina, conforme especificado, com vistas ao desenvolvimento econômico, educativo e tecnológico do Estado. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.638
29 DE JULHO DE 2026

Altera o Decreto nº 358, de 2023, que dispõe sobre a contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 2021, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.639
29 DE JULHO DE 2026

Altera o Anexo Único do Decreto nº 2.141, de 2022, que aprova a Classificação das Fontes ou Destinações de Recursos para o Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.447

30 DE JUNHO DE 2026

Inscreve o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.448

30 DE JUNHO DE 2026

Altera a Lei nº 12.629, de 11 de maio de 2012, para dispor sobre a criação de estrutura de prevenção de tromboembolismo venoso nos hospitais públicos e privados. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.449

30 DE JUNHO DE 2026

Cria o Roteiro Turístico Caminho da Fé, nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.450

30 DE JUNHO DE 2026

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.451

30 DE JUNHO DE 2026

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), para priorizar o abastecimento de alimentos à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar e a seus dependentes. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.452

30 DE JUNHO DE 2026

Acrescenta art. 326-C à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para reconhecer o Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.453

1º DE JULHO DE 2026

Confere o título de Capital Nacional da Louça ao Município de Campo Largo, no Estado do Paraná. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.454

1º DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a transferência simbólica da sede do governo federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.455

1º DE JULHO DE 2026

Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.456

3 DE JULHO DE 2026

Regulamenta a profissão de protesista/ortopedista. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.457

3 DE JULHO DE 2026

Cria a Universidade Federal do Esporte. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.458

3 DE JULHO DE 2026

Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 266.512.000,00 (duzentos e sessenta e seis milhões quinhentos e doze mil reais), para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.459

7 DE JULHO DE 2026

Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para estabelecer a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.460

7 DE JULHO DE 2026

Institui o Dia Nacional do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.461

7 DE JULHO DE 2026

Confere o título de Capital Nacional da Maior Onda do Brasil ao Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.462

8 DE JULHO DE 2026

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.463

8 DE JULHO DE 2026

Institui o Dia Nacional dos Congados e Reinados. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.464

9 DE JULHO DE 2026

Confere o título de Capital Nacional do Açafão ao Município de Mara Rosa, no Estado de Goiás. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.465

9 DE JULHO DE 2026

Altera a Lei nº 12.136, de 18 de dezembro de 2009, para instituir o Mês Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística – Setembro Roxo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.466

9 DE JULHO DE 2026

Cria o Banco Nacional de Boas Práticas na Prevenção e no Combate à Violência contra a Mulher. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.467

13 DE JULHO DE 2026

Institui a Semana Nacional da Ética e da Cidadania. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.468

13 DE JULHO DE 2026

Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.469

15 DE JULHO DE 2026

Institui o Dia Nacional da Capoeira. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.470

16 DE JULHO DE 2026

Institui a Semana Nacional da Saúde Vascular. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.471

20 DE JULHO DE 2026

Institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ensceis); e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, a Lei nº 14.133, de 1º de

abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.472**21 DE JULHO DE 2026**

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), a fim de explicitar a natureza alimentar dos honorários advocatícios. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.473**22 DE JULHO DE 2026**

Altera as Leis nºs 9.818, de 23 de agosto de 1999, e 12.712, de 30 de agosto de 2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.474**23 DE JULHO DE 2026**

Dispõe sobre a comercialização, a aquisição e a posse de aerossol de extratos vegetais para fins de defesa pessoal da mulher; estabelece penalidades pelo uso indevido do aerossol de extratos vegetais; e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.475**23 DE JULHO DE 2026**

Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.476**23 DE JULHO DE 2026**

Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.477**23 DE JULHO DE 2026**

Institui o Dia Nacional do Rotaractiano. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.478**29 DE JULHO DE 2026**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a divulgação do serviço telefônico de denúncias relacionadas a violência contra a mulher. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.479**29 DE JULHO DE 2026**

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a transferência automática do montante da prestação alimentícia. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.480**30 DE JULHO DE 2026**

Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, para dispor sobre as receitas e a destinação de recursos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol) e sobre o auxílio-saúde dos servidores das polícias federais; e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para ajustar a destinação do produto da arrecadação das apostas de quota fixa. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 15.481**31 DE JULHO DE 2026**

Altera o § 4º do art. 4º da Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, a fim de estabelecer requisitos para parceria e intercâmbio dos pontos e pontões de cultura com os estabelecimentos de ensino da educação básica. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.043**30 DE JUNHO DE 2026**

Institui a Política Nacional de Governança da Terra e o Programa Terras do Brasil e autoriza a criação da Plataforma Terras do Brasil. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.044**30 DE JUNHO DE 2026**

Promulga a Convenção Aduaneira sobre o Transporte Internacional de Mercadorias ao Abrigo das Cadernetas TIR (Convenção TIR de 1975), firmada em Genebra, em 14 de novembro de 1975. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.045**30 DE JUNHO DE 2026**

Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, firmado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.046**1º DE JULHO DE 2026**

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre a Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, firmado no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2023. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.047**1º DE JULHO DE 2026**

Promulga o Acordo para a Proteção de Informação Classificada entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, firmado na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.048**3 DE JULHO DE 2026**

Estabelece os critérios e os procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos servidores ocupantes dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.049**3 DE JULHO DE 2026**

Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto às Carreiras e aos Planos de Cargos que espe-

cifica. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.050**3 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 9.226, de 6 de dezembro de 2017, que regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.051**3 DE JULHO DE 2026**

Dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas – GTATA. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.052**3 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 11.002, de 17 de março de 2022, que regulamenta a Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, e a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, para dispor sobre a remuneração dos militares na ativa, os proventos na inatividade e as pensões militares. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.053**3 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações da Casa Civil da Presidência da República e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.054**3 DE JULHO DE 2026**

Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.055**3 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 11.712, de 20 de setembro de 2023, que qualifica organizações militares da Marinha como Organizações Militares Prestadoras de Serviços, com autonomia de gestão. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.056**6 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 12.301, de 9 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a aprovação de diretrizes e de estratégias relativas à governança corporativa nas empresas estatais federais e à administração das participações societárias da União. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.057**7 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, que aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.058**7 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 11.198, de 15 de setembro de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.059**7 DE JULHO DE 2026**

Remaneja, em caráter temporário, cargo em comissão e funções de confiança para o Ministério das Relações Exteriores. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.060**7 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 10.172, de 11 de dezembro de 2019, para alterar a composição do Conselho Fiscal do Serviço Autônomo Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.061**9 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.062**9 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 12.254, de 19 de novembro de 2024, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e

Mudança do Clima, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.063
9 DE JULHO DE 2026

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto nos concursos públicos para o provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.064
9 DE JULHO DE 2026

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto no concurso público para o provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.065
15 DE JULHO DE 2026

Altera o Decreto nº 10.615, de 29 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e regulamenta o art. 3º da Lei nº 14.968, de 11 de setembro de 2024, para dispor sobre o Programa Brasil Semicondutores. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.066
15 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre as indicações para a composição da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.067
15 DE JULHO DE 2026

Fixa os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias de Oficiais das Armas, dos Quadros e dos Serviços do Exército, no ano-base de 2026. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.068
15 DE JULHO DE 2026

Fixa os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias nos Corpos e nos Quadros de Oficiais da Marinha, no ano-base de 2026. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.069
16 DE JULHO DE 2026

Promulga o Acordo Relativo ao Trânsito dos

Serviços Aéreos Internacionais, firmado pela República Federativa do Brasil, em Chicago, em 7 de dezembro de 1944. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.070
16 DE JULHO DE 2026

Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República do Equador e o Governo da República Federativa do Brasil, firmado em Quito, em 2 de maio de 2013. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.071
16 DE JULHO DE 2026

Promulga o Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, firmado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.072
16 DE JULHO DE 2026

Promulga o texto atualizado da Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos, incluídos o Anexo e a Parte A do respectivo Código, em conformidade com as Emendas de Manila, adotadas pela Organização Marítima Internacional em 25 de junho de 2010. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.073
20 DE JULHO DE 2026

Autoriza o emprego das Forças Armadas para garantir a votação e a apuração e para prestar apoio logístico nas eleições de 2026. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.074
20 DE JULHO DE 2026

Altera o Decreto nº 11.351, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Mulheres, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.075
21 DE JULHO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.955, de 29 de abril de 2026, que regulamenta a Contribuição Social sobre Bens e Serviços – CBS. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.076
22 DE JULHO DE 2026

Declara luto oficial pelo falecimento do fotógrafo, produtor e diretor do cinema bra-

sileiro Luiz Carlos Barreto Borges. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.077
22 DE JULHO DE 2026

Altera o Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, que aprova as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, e remaneja cargos em comissão. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.078
23 DE JULHO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.362, de 17 de janeiro de 2025, que estabelece o procedimento para a redução do montante de royalties em contratos da Rodada Zero como incentivo a investimentos na realização de conteúdo local nas atividades de exploração e de produção desses contratos. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.079
23 DE JULHO DE 2026

Institui o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.080
23 DE JULHO DE 2026

Estabelece os procedimentos e as condições para o parcelamento especial das dívidas dos Municípios, incluídas as de suas autarquias e fundações, com a União, de que trata o art. 4º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.081
27 DE JULHO DE 2026

Promulga o Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul – Mercosul e a República de Singapura, firmado pela República Federativa do Brasil, no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 2023. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.082
27 DE JULHO DE 2026

Promulga o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, firmado em Brisbane, em 15 de novembro de 2014. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.083**29 DE JULHO DE 2026**

Institui o Sistema Integrado Mulher Segura e o seu Painel Público de Monitoramento da Integração de Dados. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.084**29 DE JULHO DE 2026**

Institui o Programa Alerta Mulher Segura e regulamenta o art. 22, caput, inciso VIII, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a monitoração eletrônica como medida protetiva de urgência. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.085**30 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 12.846, de 12 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2026. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.086**30 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024, que regulamenta a Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.087**30 DE JULHO DE 2026**

Altera o Decreto nº 13.074, de 20 de julho de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Mulheres, para prorrogar a sua vigência. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.088**30 DE JULHO DE 2026**

Promulga o texto do Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História – IPGH, aprovado na VI Conferência Internacional Americana, concluída em Havana, em 20 de fevereiro de 1928. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 13.089**31 DE JULHO DE 2026**

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado Fazenda Itahyê, localizado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. ([Inteiro teor](#))

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 71/2026

30.06.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições previstas no art. 54 e seguintes da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o resultado do concurso de remoção para o preenchimento de vaga disponível na Procuradoria Regional de Joaçaba, deflagrado pelo Edital Nº 2/2026-PGE, em que foi declarado habilitado o Procurador do Estado Gustavo Boraschi.

Art. 2º A data de início do trânsito e da efetiva remoção será definida em ato próprio.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 72/2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições previstas no art. 54 e seguintes da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, no art. 45 do Decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar LIGIA JANKE, Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos, FILLIPI SPECIALSKI GUERRA, Procurador-Chefe da Procuradoria do Contencioso e GUSTAVO SCHMITZ CANTO, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, para, sob a presidência da primeira, integrarem comissão para realização de processo de remoção, considerando a vaga ofertada no Edital Nº 3/2026-PGE.

Art. 2º O processo de remoção reger-se-á nos termos do Edital nº 3/2026-PGE, constante no Anexo da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 73/2026

02.07.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Procurador do Estado Luiz Loof Junior para a função de Coordenador da Procuradoria Administrativa (PRO-ADM). Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2026.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA CONJUNTA PGE/SEF Nº 6/2026

07.07.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO e o SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 19 do decreto nº 1.550, de 2 de junho de 2026,

RESOLVEM:

art. 1º aprovar o Edital de Transação por adesão nº 2/2026 elaborado pelo Comitê Gestor de Transação Tributária e não Tributária Estadual, na forma do anexo Único desta portaria Conjunta.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

CLEVERSON SIEWERT

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA GAB/PGE Nº 75/2026

15.07.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso ii do art. 7º da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º designar Ygor Aquino Almeida, procurador do Estado, matrícula nº 617.315-2-01, como coordenador do núcleo de Trânsito (nUTran), em substituição à Elenise Magnus Hendler, matrícula nº 319.684-4-01, durante o usufruto de férias, no período compreendido entre os dias 01/08/2026 a 20/08/2026.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 76/2026

15.07.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso ii do art. 7º da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º designar Flávia Dreher de Araújo, procuradora do Estado, matrícula nº 319.670-4-01, como coordenadora do núcleo de ações repetitivas em assistência à saúde (naras), em substituição à Thiago Aguiar de Carvalho, durante o usufruto de férias, no período compreendido entre os dias 27/07/2026 a 05/08/2026.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 77/2026

15.07.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso ii do art. 7º da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º designar Gisele de Mello Covizzi, procuradora do Estado, matrícula nº 740.862-5-01, como coordenadora do núcleo dos Tribunais (nUTri), em substituição à Felipe Wildi Varela, matrícula nº 385.832-4-01, durante o usufruto de férias, no período compreendido entre os dias 21/07/2026 a 30/07/2026.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 78/2026

15.07.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso ii do art. 7º da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º considerar designada Larissa Tasoniero, procuradora do Estado, matrícula nº 740.870-6-01, como coordenadora do núcleo de ações de posse e propriedade (napp), em substituição à André Martinez Rossi, matrícula nº 953.306-0-01, durante o usufruto de férias, no período compreendido entre os dias 13/07/2026 a 22/07/2026.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 74/2026

14.07.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das competências conferidas pelo inciso ii do art. 7º da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e pelo art. 24, caput, do regimento interno da procuradoria-Geral do Estado, instituído pelo decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

art. 1º dispensar FELIP E BARR ETO D E MELO, matrícula nº 953.075-4-01, do exercício da função de procurador-chefe da procuradoria regional de São Miguel do oeste.

art. 2º designar JAIR AUGUSTO SCROCARO, matrícula nº 387.223-8-01, para o exercício da função de procurador-chefe da procuradoria regional de São Miguel do Oeste.

art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de

PORTARIAS

1º de agosto de 2026.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

**PORTARIA CONJUNTA PGE/SEF Nº 7/2026
20.07.2026**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO e o SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 19 do Decreto nº 1.550, de 2 de junho de 2026,

RESOLVEM:

art. 1º aprovar o Edital de Transação por adesão nº 3/2026 elaborado pelo comitê Gestor de Transação Tributária e não Tributária Estadual, na forma do anexo Único desta portaria conjunta.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

CLEVERSON SIEWERT

Secretário de Estado da Fazenda

**PORTARIA GAB/PGE Nº 80/2026
20.07.2026**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso ii do art. 4º do decreto nº 1.860/2022,

RESOLVE:

art. 1º designar o procurador do Estado Nataniél Martins Manica, matrícula nº 384.599-0-02, para responder pela função gratificada de procurador-chefe da procuradoria do contencioso, nível FG-2, da pGE, em substituição ao titular, Filipe Spécials Kiguerra, matrícula nº 953.078-9-01, durante o usufruto de férias, no período compreendido entre os dias 20/07/2026 a 31/07/2026.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

**PORTARIA GAB/PGE Nº 81/2026
20.07.2026**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso ii do art. 4º do decreto nº 1.860/2022,

RESOLVE:

art. 1º designar Marcelo Antônio Matos, matrícula nº 251.194-0-01, para responder cumulativamente pela função gratificada de Gerente de apoio operacional, nível FG-2, da pGE, em substituição ao titular, Elias PrYciuK Kuster, matrícula nº 262.538-5-01, durante o usufruto de férias, no período

compreendido entre os dias 21/07/2026 a 31/07/2026.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

**PORTARIA GAB/PGE Nº 82/2026
22.07.2026**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso ii do art. 4º do decreto nº 1.860/2022,

RESOLVE:

art. 1º designar André Douglas Borges, matrícula nº 378.615-3-01, procurador do Estado, para responder pela função gratificada de procurador-chefe da Consultoria Jurídica, nível FG-2, da pGE, em substituição ao titular Gustavo Schmitz Cantão, matrícula nº 962.860-6-01, durante o usufruto de férias, no período compreendido entre os dias 27/07/2026 a 05/08/2026.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

**PORTARIA CONJUNTA PGE/SCC Nº 3/2026
23.07.2026**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO e o SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005; art. 106, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 23 da Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010 e, ainda, o que consta dos autos SCC 12335/2026,

RESOLVEM:

Art. 1º designar Elíde da Silva Lima, matrícula nº 0773166-3-01, ocupante do cargo de Assistente Jurídico, lotada na Procuradoria-Geral do Estado, para atuar, na condição de colaborador, na Secretaria de Estado da Casa Civil, no período de 15.07.2026 a 31.12.2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

HENRIQUE DE FREITAS JUNQUEIRA

Secretário de Estado da Casa Civil

**PORTARIA CONJUNTA PGE/SEA nº 4/2026
23.07.2026**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo § 2º do

art. 106 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa SEA nº 14, de 23 de setembro de 2025,

RESOLVEM:

Art. 1º DESIGNAR, no âmbito do Contrato PGE nº 17/2026, ADRIANO DIAS DE LIMA, matrícula nº 389048-1-01, para exercer a função de Gestor Titular, CINARA MATIAS LINO, matrícula nº 348834-9-02, para exercer a função de Gestor Suplente; ELIAS PRYCIUK KUSTER, matrícula nº 262538-5-0, para exercer a função de Fiscal Administrativo Titular; GUSTAVO FERRER MONTEIRO DIOGO, matrícula nº 954770-3-01, para exercer a função de Fiscal Administrativo Suplente; ISAURA LEISING, matrícula nº 076848-9-01, para exercer a função de Orçamentista; RICARDO MAGNO STOLFO, matrícula nº 0751577-4-01, para exercer a função de Fiscal Técnico Titular; e; KAHUANA STELLA SILVESTRE ZARPELLON, matrícula nº 765.558-4-01, para exercer a função de Fiscal Técnico Suplente. Art. 2º Esta portaria conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

VÂNIO BOING

Secretário de Estado da Administração

**PORTARIA GAB/PGE Nº 83/2026
26.07.2026**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso ii do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e inciso i do art. 4º do decreto nº 1.860, de 13 de abril de 2022;

RESOLVE:

art. 1º dispensar KarinE Cardoso dos Santos, matrícula nº 371.948-0-02, do exercício da Função de Chefia – assistente, nível FC-2, da Procuradoria-Geral do Estado.

art. 2º designar DJalma HENRY Santos da Rocha, matrícula nº 367.671-4-02, para o exercício da Função de Chefia – assistente, nível FC-2, da Procuradoria-Geral do Estado.

art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

**PORTARIA CONJUNTA SCC/PGE Nº 4/2026
28.07.2026**

o SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL e o PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso

das competências que lhe são conferidas pelo art. 106 da lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e diante da imperiosa necessidade de continuidade das atividades desenvolvidas no âmbito da diretoria de assuntos legislativos da secretaria de Estado da Casa Civil,

RESOLVEM:

art. 1º dEsignar o procurador do Estado Phelipe Monteiro Mastra Fontoura, matrícula nº 0757025-2-01, ocupante do cargo de assessor Técnico da secretaria de Estado da infraestrutura (siE), para responder, cumulativamente e em caráter temporário, pelo cargo de diretor de assuntos legislativos da secretaria de Estado da Casa Civil (sCC), durante o afastamento da titular, procuradora do Estado Jéssica Campos Savi, matrícula nº 0616832-9-01, no período compreendido entre os dias 20 de julho de 2026 e 21 de agosto de 2026.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE FREITAS JUNQUEIRA

Secretário de Estado da Casa Civil

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 84/2026

29.07.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso ii do art. 7º da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, e, conforme o disposto no art. 30 do anexo i do decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

art. 1º designar o procurador do Estado Rodrigo Roth Castellano, matrícula nº 950.313-7-02, para atuar no núcleo de apoio ao Gabinete do procurador-Geral do Estado (NAG).

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de agosto de 2026.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PARECERES

PARECER N° 602/2026/PGE/COJUR/NU-CONT

Referência: SAR 511/ 2025

Assunto: Recurso Administrativo

Origem: Secretaria de Estado da Administração

Interessado: Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária

Autor: Jorge Henrique Lima Digigov

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos Administrativos. Pregão Eletrônico 0565/2025 para “Registro de Preços para futura e eventual aquisição de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas”. Recurso administrativo e respectivas contrarrazões. Alegação de ilegalidade do ato que inabilitou a primeira colocada. Decisão proferida em sede de Mandado de Segurança. Interpretação da decisão judicial. Opinião pela procedência do recurso para que a Administração analise os requisitos de habilitação de acordo com a atual documentação da empresa.

PARECER N° 325/2026-PGE

Referência: SCC 20861/2025

Assunto: Termo Aditivo de Convênio

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Direito Administrativo. Minuta de Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Tubarão para a cessão de servidores estaduais efetivos. Decreto n. Estadual 336/2019. Ano eleitoral.

PARECER N° 331/2026-PGE

Referência: PGE 4081/2026

Assunto: Parecer Jurídico Referencial. Inexigibilidade de Licitação. Locação de imóvel (artigo 74, inciso V, da Lei n. 14.133/2021)

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

Autor: Adalberto Bairros Kruehl

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO.

LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

CONTRATAÇÃO DIRETA. LOCAÇÃO DE IMÓVEL SINGULAR. HIPÓTESE PREVISTA NO ARTIGO 74, INCISO V, DA LEI N. 14.133/2021.

1. Aplicabilidade restrita às locações de imóveis realizadas pela Administração Pública Estadual, com fundamento no artigo 74, inciso V, da Lei n. 14.133/2021.

2. Documentos que devem constar na instrução dos processos de locação, no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Es-

tado de Santa Catarina.

3. Dispensada a análise individualizada de processos que envolvam matéria recorrente e que se amoldem aos termos desta manifestação jurídica referencial.

4. Necessário encaminhamento à Consultoria Jurídica competente para análise individualizada, nas hipóteses não abarcadas pelo referencial, e em caso de dúvida específica de caráter jurídico externada pelo Gestor.

5. Parecer Jurídico Referencial com validade condicionada à aprovação do Procurador-Geral do Estado, conforme dispõe o artigo 2o, da Portaria GAB/PGE n. 40/21.

PARECER N° 336/2026-PGE

Processo: SETUR 701/2026

Assunto: Consulta sobre condutas vedadas em período de eleição

Origem: Secretaria de Estado do Turismo (SETUR)

Autora: Carla Schmitz de Schmitz

Consulta. Direito Eleitoral. Secretaria de Estado do Turismo (SETUR). Ano eleitoral. Condutas vedadas. Art. 73 da Lei no 9.504/1997. Promoção turística.

Continuidade das atividades finalísticas da Administração Pública. Distinção entre materiais informativos e brindes ou bens dotados de utilidade própria ou valor econômico. Publicidade institucional. Vedação objetiva prevista no art. 73, VI, “b”. Distribuição gratuita de bens. Art. 73, § 10. Participação em feiras e eventos realizados no território nacional e no exterior. Promoção turística internacional dirigida ao mercado estrangeiro. Interpretação teleológica da norma eleitoral. Relevância da aptidão da comunicação para produzir efeitos perante o eleitorado brasileiro. Utilização da marca promocional “Santa Catarina”. Distinção entre a existência da identidade visual e sua utilização como instrumento de publicidade institucional. Recomendação de observância dos princípios da impessoalidade, da moralidade administrativa, da igualdade de oportunidades entre os candidatos e da segurança jurídica.

PARECER N° 338/2026-PGE

Referência: SCC 12263/2026

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 549/2025

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Autógrafo. Projeto de Lei n. 549/2025, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Reconhece a relevância social, cultural e econômica das atividades exercidas por profissionais de cozinha no âmbito do Estado de Santa Catarina”. 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica, competência do poder legislativo. 3. Constitucionalidade material.

Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade. Inexistência de óbice legal à sanção do projeto de lei pelo Governador do Estado sob o ponto de vista da legislação eleitoral ou de responsabilidade fiscal.

PARECER N° 339/2026-PGE

Referência: SCC 12273/2026

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 314/2026

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Autógrafo. Projeto de Lei n. 314/2026, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Declara as taipas de Urupema integrantes do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina e altera o Anexo I da Lei no 17.565, de 2018, que consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”.

1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica, competência do poder legislativo. 3. Constitucionalidade material.

Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade. Inexistência de óbice legal à sanção do projeto de lei pelo Governador do Estado sob o ponto de vista da legislação eleitoral ou de responsabilidade fiscal.

PARECER N° 340/2026-PGE

Referência: SCC 12143/2026

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 047/2026.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

PARECERES

Autógrafo. Projeto de Lei n. 047/2026, de iniciativa parlamentar, que “Institui a Rota Turística do Circuito Princesa da Serra, na Região Serrana do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências.”. Competência legislativa concorrente para dispor sobre proteção ao patrimônio turístico, cultural e paisagístico (art. 24, VII, da Constituição da República; art. 10, VII, da Constituição do Estado). Iniciativa parlamentar. Ausência de usurpação da competência privativa do Chefe do Poder Executivo. Instituição de política pública de fomento ao turismo. Intervenção indireta do Estado na ordem econômica. Compatibilidade com os arts. 174, 180 da Constituição da República e art. 192-A da Constituição Estadual. Constitucionalidade formal e material. Sanção em ano eleitoral. Inexistência de vedação decorrente do art. 73 da Lei federal n. 9.504/1997. Inaplicabilidade, ao caso, das restrições previstas nos arts. 21 e 42 da Lei Complementar federal n. 101/2000, por ausência de criação de despesa com pessoal ou de assunção de obrigação de despesa. Ausência de óbices jurídicos à sanção.

PARECER N° 341/2026-PGE

Referência: SEF 17235/2025

Assunto: Contratação de operação de crédito externo pela CELESC S.A com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - Emissão de Declaração do Chefe do Poder Executivo.

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Direito Financeiro. Contratação de Operação de Crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ampliação e modernização da infraestrutura da CELESC. Análise de declarações administrativas exigidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ao Estado de Santa Catarina. Condição prévia à contratação. Regularidade.

PARECER N° 342/2026-PGE

Referência: SCC 12079 2026

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 257/2026

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Autógrafo. Projeto de Lei n. 257/2026, de iniciativa governamental, que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2027 e estabelece outras

providências”. Análise de emendas parlamentares. 1. Inconstitucionalidade material do §5o do art. 34. Violação aos arts. 166, §8o e 167, VI, da CF/88 e 122, §6o, da CE/SC. Emenda que ignora a necessidade de abertura de créditos especiais ou suplementares e autorização legislativa específica para destinação de saldos residuais de emendas parlamentares.

Ilegalidade. Afronta ao art. 8o da Lei de Responsabilidade Fiscal. Recursos legalmente vinculados a finalidade específica devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto da vinculação. 2. Inconstitucionalidade material do art. 12. Ofensa ao art. 165, § 2o, da CF/88. Ilegalidade, por ofensa aos arts. 4o e 5o da LRF. Violação do rol taxativo de matérias reservadas à LDO. 3. Ausência de óbices jurídicos, em tese, para a sanção dos demais dispositivos. 4. Não incidência das vedações do art. 73 da Lei federal n. 9.504/1997 e dos impedimentos dos arts. 21 e 42 da Lei Complementar federal n. 101/2000.

PARECER N° 344/2026-PGE

Referência: SCC 12268 2026

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei no 179/2026

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autora: Carla Schmitz de Schmitz

Autógrafo. Projeto de Lei n. 179/2026, de iniciativa parlamentar, que “Institui o Dia do Campista Católico e altera o Anexo Único da Lei no 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”. 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica.

Matéria sobre educação e cultura (art. 24, IX, da CRFB). Competência legislativa concorrente. 3. Constitucionalidade material. Compatibilidade da proposição com o princípio da laicidade do Estado (art. 19, I, da CRFB). Ausência de imposição de deveres ao Poder Público. 4. Ausência de vedação jurídica à sanção da proposição em ano eleitoral e no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

PARECER N° 102/2026/SCC/COJUR

Referência: SAI 63/2026

Assunto: Minuta de decreto. Designa Embaixadores Honorários do Estado de Santa

Catarina.

Origem: Secretaria-Executiva de Articulação Internacional - SAI

Interessado: Secretaria-Executiva de Articulação Internacional - SAI

Autor: Júlio Figueiró Melo

MINUTA DE DECRETO QUE DESIGNA EMBAIXADORES HONORÁRIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. COMPLEMENTAÇÃO DE PARECER PARA EXAME DA PROPOSIÇÃO À LUZ DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL. EDIÇÃO POSTERIOR A 4 DE JULHO DE 2026, JÁ NO CURSO DO PERÍODO VEDADO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS. ART. 73, V, DA LEI FEDERAL No 9.504/1997. FUNÇÃO HONORÍFICA, GRATUITA, SEM VÍNCULO FUNCIONAL E SEM CONTEÚDO ECONÔMICO. AGENTE HONORÍFICO NÃO SE QUALIFICA COMO SERVIDOR PÚBLICO. TAXATIVIDADE E INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DAS CONDUTAS VEDADAS. ATIPICIDADE MATERIAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 73, § 10, DESDE QUE PRESERVADA A GRATUIDADE DA FUNÇÃO. RESTRIÇÕES À PUBLICIDADE INSTITUCIONAL (ART. 73, VI, “B”) E À PROMOÇÃO PESSOAL (ART. 74 C/C ART. 37, § 1o, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). POSSIBILIDADE JURÍDICA DA EDIÇÃO DOS DECRETOS, CONDICIONADA À ADOÇÃO DE SALVAGUARDAS E DE AJUSTES DE REDAÇÃO. REMESSA À PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO PARA APROVAÇÃO.